

JUSTIÇA DO TRABALHO - EXTINÇÃO OU REFORMA

AMADOR PAES DE ALMEIDA

*Juiz Togado (aposentado) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (S.P.),
Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie,
dos cursos ministrados pela LTR, membro do
"Instituto Latino Americano de Derecho del Trabajo y
de la Seguridad Social", de Tucumã (Argentina),
do Instituto Brasileiro de Direito Social (seção brasileira da
"Société Internationale de Droit du Travail et de la Sécurité Sociale").
Professor convidado da Faculdade de Direito da
Instituição Toledo de Ensino de Bauru.
Autor de várias obras jurídicas.*

1. A PROTEÇÃO LEGAL AO TRABALHO

Ao longo dos tempos, vêm buscando, juristas e doutrinadores, um meio através do qual se encontre a tão desejada harmonia entre o capital e o trabalho, sem que, todavia, se chegue a um resultado plenamente satisfatório.

Há os que preconizam a intervenção absoluta do Estado na solução dos conflitos trabalhistas, não faltando os arautos dos preceitos liberais. Uns e outros pecam pelo excesso. Ao revés do que sustentam os intervencionistas radicais, a tutela estatal sem limites tem se mostrado absolutamente ineficaz, em nada contribuindo para a elevação do padrão de vida das massas trabalhadoras. O neo-liberalismo, por seu turno, alicerça-se na igualdade jurídica, sem, todavia, assegurar aos trabalhadores

efetiva justiça social, como, aliás, já enfatizava Mirkiní Guetzévich¹.

Com inequívoco acerto afirmam George Friedmann e Pierre Naville que:

“a experiência contemporânea de sociedades que pertencem, ora ao regime do capitalismo liberal, ora a diversas formas de socialismo de Estado e de economia dirigida, mostram que tanto umas quanto outras compreenderam e compreendem ainda formas de trabalho alienado e sentimentos de exploração, os quais, seja qual for a estrutura da sociedade global, produzem no trabalhador estado de insatisfação, e até de tensão, que podem chegar à rebelião franca. Sob todas essas formas, o trabalho alienado pode acarretar a degradação e a alteração da personalidade.”²

Na verdade, o trabalho, fonte principal da riqueza de uma nação, deve ser objeto de especial solicitude do Estado, o que justifica a intervenção racional deste, não só impondo a observância das disposições básicas da legislação social, como, inclusive, investido do poder jurisdicional, dirimir os conflitos trabalhistas que não possam ser solucionados entre as próprias partes, por meio de acordos e convenções coletivas.

Ao Estado há de ser reservada a tarefa fundamental de proteger o trabalho, assegurando-lhe condições honrosas de labor e sobrevivência.

Com a propriedade que lhe é inerente, afirma o Papa João Paulo II, que - “os direitos do trabalhador inserem-se no vasto conjunto dos direitos humanos”³.

Tal proteção, seja por medidas legislativas, a serem observadas nos contratos individuais, seja na solução dos inevitáveis conflitos coletivos, por meio da prestação jurisdicional, é tarefa de que o Estado, notadamente no Brasil, não pode furtar-se, sob pena de se

¹ As Novas Tendências do Direito Constitucional, Cia. Editora Nacional, 1933.

² Tratado de Sociologia do Trabalho, Editora da Universidade de São Paulo, 1962.

³ Encíclica *Laborem Exercens*, 14-09-81.

agravarem os desajustes sociais que no nosso meio, já se mostram alarmantes.

2. O SISTEMA JURISDICIONAL E AS MODERNAS FORMAS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DO TRABALHO

Em que pesem as modernas formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho, tais como a *autocomposição*, também denominada “livre negociação”, “negociação direta”, ou ainda a *arbitragem*, previstas, aliás, na Constituição Federal (arts. 7º, XXVI e 114, § 2º), num País de dimensão continental, com imensas desigualdades sócio-econômico-culturais, e o inequívoco desamparo de categorias profissionais desassistidas de entidades sindicais autênticas, a solução jurisdicional não pode ser desprezada.

Observe-se que mesmo nos países em que não há Justiça do Trabalho, a última via de que lançam mão os trabalhadores, no fracasso da negociação direta ou da arbitragem, é a do Poder Judiciário, como acontece, por exemplo, com as varas dos Feitos Trabalhistas da Justiça Comum, no Japão.

Na Inglaterra, berço do “Common Law”⁴, os “*Employment Tribunals*”, instituídos pelo “Industrial Training Act”, em 1964, cuidam de questões trabalhistas.

A Alemanha mantém os Tribunais do Trabalho com grande semelhança à Justiça Trabalhista do Brasil:

“ali existem órgãos jurisdicionais trabalhistas, observados os três níveis originais, Tribunais do Trabalho (Arbg), que são distritais, Tribunais Regionais do Trabalho (Lag) e Tribunal Federal do Trabalho (Bag).”⁵

⁴ Direito costumeiro, constituído com base na jurisprudência ou precedentes judiciários.

⁵ Couto Maciel, José Roberto, “A Justiça do Trabalho” in *Correio Brasiliense*, 4.3.99.

Nos Estados Unidos, onde as convenções coletivas encontraram amplo campo de aplicação, reserva-se aos Tribunais Federais competência para:

- a) *revisão dos julgamentos da Comissão Nacional de Relações de Trabalho (National Labor Relations Board), por Corte de segunda instância, por provocação do empregador, do sindicato, ou da própria Comissão;*
- b) *expedição de “injunctions” proibindo práticas desleais de empregadores ou sindicalistas;*
- c) *expedição de “injunction” obrigando a parte recalcitrante a submeter-se à arbitragem prevista em acordo coletivo, por ela firmado, e a cumprir o respectivo laudo arbitral;*
- d) *aplicação do direito penal federal em matéria trabalhista, como no caso de suborno de dirigente sindical por empregador.”*⁶

A Argentina, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Equador, mantêm Tribunais do Trabalho.

3. A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

A Justiça do Trabalho, no Brasil, se divide em dois períodos distintos:

- a) administrativo;
- b) jurisdicional.

Instalada por Getúlio Vargas, no dia 1º de maio de 1941, quando posto em vigor o Decreto-lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939, regulamentado pelo Decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940, estava, então, vinculada ao Ministério do Trabalho, razão porque, equivocadamente, até hoje, a maioria maciça dos

⁶ Tupinambá Neto, Hermes Afonso, A Solução Jurisdicional dos Conflitos Coletivos no Direito Comparado, LTR, 1993, p. 43.

trabalhadores mais humildes a ela se referem como “Ministério do Trabalho”⁷.

Na fase administrativa, as execuções trabalhistas se processavam perante o juiz de direito da Comarca respectiva.

Com a inserção da Justiça do Trabalho nas Constituições Federais de 1934 (art. 122) e de 1937 (art. 139), não integrando o Judiciário, conquanto com estrutura própria (Juntas de Conciliação e Julgamento, Conselhos Regionais do Trabalho, substituídos posteriormente, pelos Tribunais Regionais, e Conselho Nacional do Trabalho, atual Tribunal Superior), dava-se passo significativo à sua inclusão nos órgãos do Poder Judiciário, o que veio a ocorrer com a Constituição Federal de 1946, *ex vi* do disposto no art. 94:

“o Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I - Supremo Tribunal Federal;

II - Tribunal Federal de Recursos;

III - Juízes e Tribunais Militares;

IV - Juízes e Tribunais Eleitorais;

V - Juízes e Tribunais do Trabalho.”

De lá para cá, a Justiça do Trabalho, malgrado as críticas nem sempre procedentes que se lhe fazem, vem cumprindo papel extremamente significativo, solucionando centenas de milhares de conflitos trabalhistas, individuais ou coletivos, julgando, só em 1998, 2,3 milhões de ações!

Com inequívoca propriedade e extrema sensibilidade social, lembra o Min. João Oreste Dalazen, do TST, o relevante papel desempenhado pela Justiça do Trabalho, “posicionando-se como

⁷ Antes da criação da Justiça do Trabalho, foram criados, em 1907, os “conselhos permanentes de conciliação e arbitragem”, em 1922, os “Tribunais Rurais”, os quais, entretanto, sequer foram implantados. Não se pode olvidar as “Comissões Mistas de Conciliação” (1932), com funcionamento verdadeiramente inexpressivo, bem como as “Juntas de Conciliação e Julgamento” (1932), e que bem podem ser consideradas o embrião da Justiça do Trabalho.

algodão entre cristais, seja nos conflitos individuais, seja arbitrando graves conflitos coletivos de trabalho decorrentes de greves ou serviços essenciais.”

De outro lado, ainda na acurada observação do eminente jurista, “importa ter em conta que a Justiça do Trabalho ocupa-se de aplicar um ramo altamente técnico da Ciência Jurídica, que exhibe traços e particularismos próprios, inexistentes em outros ramos do direito: o Direito do Trabalho.”

O que, por si só, justifica a especialização, hoje, aliás, uma realidade inafastável.

Tão relevante o seu papel que é ela, com inequívoca razão, a “Justiça dos Pobres”, como a denominou ainda recentemente, Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados Federais, posicionando-se, com firmeza, contra sua extinção.

4. A EXTINÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Com ampla cobertura dos jornais de grande circulação, rádio e televisão, vem de ser apresentado projeto-lei, já com parecer do respectivo Relator, propondo a extinção da Justiça do Trabalho.

A idéia da extinção pura e simples, busca fazer crer que, inexistindo a Justiça do Trabalho, extintos estarão os conflitos sociais. As eventuais desavenças trabalhistas serão solucionadas através da livre negociação, até o esgotamento de uma das partes - normalmente o trabalhador.

Ora, a Justiça do Trabalho jamais se constituiu em obstáculo à livre negociação. Antes de tudo, porque é a própria Constituição Federal que proclama a primazia de tal princípio, ao reconhecer as *convenções e os acordos coletivos* (art. 7º, inciso XXVI).

Não olvidou o Constituinte de 1988, a *arbitragem*, quando o § 1º, do art. 114 da Constituição Federal sustenta que “frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.”

Nos dissídios individuais, a instrução das reclamações trabalhistas é precedida de proposta de conciliação, proposta esta

renovada, obrigatoriamente, uma vez encerrada a instrução (arts. 846 e 850 da CLT).

O próprio TST, com o manifesto propósito de prestigiar a conciliação nos dissídios coletivos, editou a Instrução Normativa n. 04, de 8 de junho de 1993, no seu inciso VI, alínea d, estabelecendo a obrigatoriedade de comprovação prévia da tentativa de negociação, como pressuposto fundamental ao ajuizamento e processamento do dissídio.

Assim, só os desavisados e os que não conhecem o assunto, podem afirmar constituir-se a Justiça do trabalho em obstáculo à livre negociação!

A extinção da Justiça do Trabalho, na verdade, só aumentará os conflitos sociais, já extremamente agravados.

Tampouco sua incorporação pela Justiça Federal representará solução desejável. Ao revés, criará um paquiderme gigantesco, com decisões que se arrastarão ao longo dos anos.

Com efeito, para que se tenha idéia do absurdo da proposta, o Tribunal Superior do Trabalho, julgou, em 1998, 112 mil processos, enquanto o Superior Tribunal de Justiça julgou 102 mil. Imagine-se a fusão dos dois!

5. A REFORMA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A Justiça do Trabalho possui, atualmente, uma extraordinária estrutura material, com um excelente (e injustiçado) corpo de funcionários, dedicados e incorruptíveis (a corrupção é excepcionalmente rara).

O seu único e, efetivamente grave problema, é a vagarosidade na solução dos dissídios, fato atribuível a uma série de questões que, solucionadas, faria dessa Justiça Especializada, um órgão jurisdicional eficiente e rápido.

A primeira e fundamental reforma é, inquestionavelmente - *a processual*.

É manifestamente impróprio e inadequado à finalidade social do processo trabalhista, o atual emaranhado de recursos e

expedientes protelatórios, que se agravam com a constante aplicação subsidiária do Código de Processo Civil (a teor do que dispõe o art. 769 da CLT), provocando, para o desespero dos que buscam a Justiça do Trabalho, a processualização civil do processo trabalhista.

A eliminação do *triplo grau de jurisdição*, que possibilita a ida de uma simples reclamação trabalhista ao TST, via *recurso de revista*, e lá, ainda enseje *embargos infringentes*, *de divergência e agravo regimental*!, é medida que se impõe. Dessa forma, um dissídio individual processado e julgado na Junta de Conciliação e Julgamento, teria um único recurso, o *ordinário*, para o Tribunal Regional do Trabalho.

Respeitar-se-ia, o duplo grau de jurisdição, tornando, outrossim, célere a prestação jurisdicional.

O recurso *ex officio*, de manifesta tendência autoritária - o juiz deve recorrer das próprias decisões que sejam desfavoráveis ao Poder Público - deveria, igualmente, ser suprimido, pois, muitas vezes, esquecido nas prateleiras, ou sequer interposto, tarda o trânsito em julgado, eternizando as execuções por precatórios, cumpridos a critério único dos governantes. Há Estados brasileiros em que há mais de dez anos o Executivo não cumpre precatórios, sem qualquer consequência político-administrativa.

Note-se que à advocacia da União ou à Procuradoria do trabalho, cumpre recorrer das sentenças proferidas contra o Poder Público - não ao Juiz!

O *parecer da Procuradoria* só deveria ser obrigatório na ocorrência de condenação do Erário, ou em processos em que figurassem menores e incapazes em geral.

Observe-se que, não raras vezes, um processo permanece um ano, na Procuradoria, para a obtenção de um parecer vazado nestes termos - “pelo prosseguimento”!

Maior rigor na aplicação da litigância de má-fé, com a remessa de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, para aplicação de advertência (e na reiteração de punição mais severa), aos advogados que falseiam os fatos, postulando somas incompatíveis

com a remuneração do Reclamante, expediente não raras vezes utilizado na Justiça do Trabalho, e que, via de regra, não pode ser imputado aos obreiros em geral, muitos deles semi-analfabetos.

A criação das *Comissões de Conciliação*, com o racional aproveitamento da atual representação classista, que como tal, seria extinta.

Comissões que funcionariam nas Delegacias Regionais do Trabalho, e não no interior das empresas, onde fatalmente, constituir-se-ão em focos de intermináveis conflitos com o empregador.

Atribuição ao órgão conciliador do poder homologatório das conciliações, cujo termo, com eficácia executiva, constituir-se-ia em título executivo extrajudicial, ensejando execução perante a Justiça do Trabalho, integrada, nas Juntas de Conciliação e Julgamento, tão somente pelo juiz singular.

A criação dos *Juizados Especiais* para a Justiça do Trabalho é, da mesma forma, um instrumento para a aceleração da prestação jurisdicional, observando-se para as ações ali propostas, o limite de 40 salários mínimos.

Não se afaste a criação de um *Código de Processo do Trabalho*, objetivo, claro, instrumento e não um fim em si mesmo, afastando-se, de vez, a aplicação subsidiária do CPC que, no dizer de Vagner Giglio, “emperra o procedimento, cerceia o desenvolvimento do Direito Processual do trabalho e acarreta flagrantes injustiças”.

Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira, membro da Comissão Organizadora da Justiça do Trabalho já advertia para os inconvenientes do excesso de formalismo e dos riscos da processualização civil do Processo trabalhista, afirmando:

“Fui, em 1940/1941, membro da Comissão Organizadora da Justiça do Trabalho e, portanto, um dos co-autores da regulamentação daquele processo, sendo um dos pontos fundamentais o de facilitar ao máximo a apresentação diretamente pelo empregado prejudicado, da reclamação referente ao direito por ele pleiteado.

Outrossim, procurou-se eliminar, quanto possível, o formalismo, buscando afastar, também na medida do viável, as semelhanças com o complicado Processo Civil.” (Revista LTR, 55-11, p. 1.282).